



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 281/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10138/2013.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Pauini.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. Paulo Souza dos Santos, Presidente e ordenador de despesas.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 5/2014 (fls. 1621/1668)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 574/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1669/1683)

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Fundação Vila Olímpica. Exercício de 2010.

*Contas regulares com ressalvas. Determinações  
à origem. Aplicação de multa ao gestor.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

**9.1 - À UNANIMIDADE**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1.1 - Julgar Regular, com Ressalvas, a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Pauini, exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Souza dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, e dar quitação ao Responsável, condicionados ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de natureza formal, de que não resultaram dano ao Erário;**

**9.1.2 - Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:**

a) observe o previsto no art. 19 da Resolução 11/2009, considerando que tais informações são de suma importância e a sua ausência ou incorreção obstaculizam o pleno exercício do controle externo;

b) observe o Princípio da Publicidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como no §2º do art. 124 da Lei Orgânica do Município de Pauini



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 281/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

elabore termos e os registre em arquivos próprios quando da transferência de bens entre setores;

c) promova a adequada destinação dos bens considerados inservíveis e que se encontram armazenados em depósito, observando os ditames legais que regulam o tema;

d) observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, da determinação ora veiculada acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**9.2 - POR MAIORIA**, nos termos do Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, no sentido de aplicar MULTA ao senhor Paulo Souza dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), pelas falhas no envio de informações ao GEFIS e pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal.

**Rejeitada a Proposta de Voto do Relator quanto à não aplicação de multa ao gestor, acolhida pelos Conselheiros Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro. Acompanham o Voto-Destaque os Conselheiros Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral e Ari Jorge Moutinho da Costa Junior.**

**9- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 20 de maio de 2014.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

**11.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição